

A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES DURANTE O REGIME MILITAR

Juliana Gonçalves Beluzzo¹

Vera Lucia Martiniak²

Resumo: Este estudo procurou compreender a organização e atuação do movimento estudantil nas universidades públicas do Paraná no período do regime militar, procurando contextualizar o período e o surgimento dos movimentos sociais. Tem ainda como objetivo entender o surgimento do movimento estudantil nas universidades públicas e as diferentes fases de atuação e levantar informações a respeito da sua atuação. A escolha da periodização se deu pelo interesse em compreender o contexto e sua influência e resistência da organização estudantil. Essa pesquisa, de cunho qualitativa, baseou-se em fontes bibliográficas e também fontes primárias, tais como legislações, atas, relatórios de governo e jornais. Dentre os resultados pode-se afirmar que o movimento estudantil, nas universidades paranaense, dividia-se em centros acadêmicos e também na própria UPE, que era uma ramificação criada a partir da UNE.

Palavras-chaves: movimento estudantil, ditadura militar, história da educação.

Abstract: This study sought to understand the organization and performance of the student movement in the public universities of Paraná during the military regime, seeking to contextualize the period and the emergence of social movements. It also aims to understand the emergence of the student movement in public universities and the different stages of action and to gather information about their performance. The choice of periodization was due to the interest in understanding the context and its influence and resistance of the student organization. This qualitative research was based on bibliographic sources as well as primary sources such as legislation, minutes, government reports, and newspapers. Among the results it can be stated that the student movement, in the universities of Paraná, was divided into academic centers and also in the UPE itself, which was a branch created from the UNE.

Keywords: student movement, military dictatorship, history of education.

¹ Pedagoga. Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: ju.goncalves7@hotmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Educação. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado - da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do Programa de Pós-Graduação- Mestrado em Educação Inclusiva. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR/ UNICAMP. E-mail para contato: vlmartiniak@uepg.br

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo socializar os resultados da pesquisa que buscou compreender a organização e atuação do movimento estudantil nas universidades públicas do Paraná no período do regime militar (1964-1985). Nessa conjuntura evidenciaram-se vários movimentos sociais e sua luta e resistência à repressão imposta pelos militares. O movimento estudantil, atuando de forma ilegal, manteve fortemente sua resistência aos ditames do governo. Várias pesquisas e estudos têm demonstrado as lutas que se seguiram nesse período, principalmente aquelas que desencadearam violentas manifestações contra os estudantes advindas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Considerando os importantes estudos sobre a temática, como os de José Luis Sanfelice (2008) contribuem para o entendimento a respeito de como se deu a trajetória do movimento estudantil no período de Ditadura em todo Brasil. A pesquisa analisou o movimento estudantil universitário, a partir da sua reconstrução histórica por meio do uso de fontes primárias e secundárias.

Dentre as produções acadêmicas sobre o tema destaca-se a pesquisa de Ana Carolina Caldas (2003) que aborda os movimentos de cultura e a educação popular, em destaque o movimento estudantil no qual Maria Ribeiro do Valle (1997) apresenta discussões a respeito da jornada do movimento estudantil e como a violência fez parte desse cenário.

Ao abordar como o movimento estudantil, as reformas e grêmios atuaram após período ditatorial, Marcilene Rosa Leandro Moura (2008) com sua pesquisa contribuiu para esclarecimentos de alguns conceitos, partindo de algumas dimensões como a origem e os desdobramentos históricos do movimento estudantil secundarista e a estratégia reformista.

Os estudos de Sílvio César Oliveira Benevides (2006) apresentam o cenário de como esse movimento aconteceu na Bahia e a contextualização desse período. Um conceito muito importante abordado no livro é a condição juvenil, mostrando como essa juventude é vista no decorrer dos tempos, e também nas mais diversas culturas de outros países.

A maioria das produções encontradas enfatiza os acontecimentos no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, portanto, essa pesquisa pretende contribuir com a discussão a respeito da organização e atuação do movimento estudantil no Paraná. Assim, essa pesquisa justifica-se no sentido de ampliar as discussões e suscitar novos estudos que auxiliem na reconstrução histórica do movimento estudantil e principalmente, contribua com a História Regional.

Para tanto, a pesquisa, de caráter qualitativa, foi desenvolvida por meio do levantamento, catalogação e análise de fontes primárias e secundárias, tais como: legislações, atas, relatórios de governo e jornais.

O texto está estruturado em dois momentos: no primeiro discute o contexto do regime militar e seus determinantes econômicos, políticos e sociais. No segundo momento, discorre-se sobre a atuação do movimento estudantil no Paraná, articulado com os acontecimentos nacionais.

O CONTEXTO DO REGIME MILITAR

O país, no período de 1951 até 1964, se encontrava em um regime denominado de político nacional desenvolvimentista, porém, com peculiaridades no governo provisório de Café Filho e o problemático governo de Kubitschek (SAVIANI, 2008). Nesse meio tempo, ocorreu o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954, após uma reunião com os militares no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Demonstra-se neste episódio a presença dos militares influenciando nas ações do governo, na busca de concretizar seus interesses no desenvolvimento do país.

Em 1960 ocorreu o esgotamento da industrialização devido ao modelo adotado, a “substituição de importações”, evento que afetou a economia do país de maneira que:

A inflação crescia aceleradamente, corroendo salários e aumentando o custo de vida. O mercado interno estagnou e limitou-se, não conseguindo poder para competir no mercado exterior. Com o mercado retraído a indústria reduzia a necessidade de mão-de-obra, e o desemprego começava a se elevar. Os trabalhadores assalariados tornavam-se mais incisivos nas reivindicações salariais. Os empresários ficavam apreensivos com as dificuldades econômicas. (BRAGGIO, 2012, p.28 apud BRUM,1984, p.75-6).

Quando Jânio assumiu o poder tomou algumas decisões para que o país se estabilizasse. As medidas liberais adotadas serviram para “[...] controlar inflação e as

tarifas cambiais tiveram boas recepções no exterior, porém, internamente foram vistas como medidas impopulares já que resultaram da duplicação do preço do pão e da gasolina [...]”(BRAGGIO, 2012, p. 33). Medidas que causaram a mobilização de vários âmbitos da sociedade para combater o que estava acontecendo.

No aspecto político esse período, que compreende 1951 a 1964, o Brasil teve como regime o nacionalismo liberal iniciado no segundo mandato getulista e prosseguindo nos mandatos de Juscelino, Café Filho e até 1964, regime político que pode ser chamado também de modelo “nacional-desenvolvimentista”.

Nesse período há uma grande força partidária atuante de dois partidos que lideravam os interesses do país, a União Nacional Democrática (UND) e o Partido Social Democrático (PSD). A UND representava os interesses internacionais e o PSD mesmo tendo ideologia oposta, quando Juscelino do PSD assume, mantém como, por exemplo, a Portaria 133, permanecendo então com os interesses no exterior, para concretizar algumas metas de seu governo (SAVIANI, 2008)

Diante dessa mescla entre a UND e o PSD pode-se inferir que o cenário político após a saída Juscelino, acarretou uma nova crise política que se agravou no governo de Jânio, desafiando-o a compatibilizar o modelo político e econômico.

Nas eleições de 1960 Jânio Quadros assumiu a presidência do país e João Goulart, da chapa concorrente, como vice. Sendo assim, com interesses opostos, Jânio e João Goulart, conhecido como Jango, assumem a presidência e isso causou descontentamento de parcelas da sociedade que tinham interesses bem específicos. Jânio tinha como ideologia para seu governo o desenvolvimento nacional e competência administrativa, Jango defendia as reformas estruturais. Esse confronto de ideias não eram os únicos problemas do governo, as relações comunistas que se estabeleceram com países do bloco socialista enfraqueceram o apoio que ele tinha da UND e dos militares (BENEVIDES, 2006).

Assim, sem apoio da base Jânio renunciou à presidência e imediatamente, começaram as manobras para que Jango não assumisse a presidência. No momento da renúncia de Jânio, seu vice Jango, estava em viagem a China justamente nesse período, deixando o cenário complicado no Brasil. Com a divisão política e partidária no país, de um lado a UDN e os militares conservadores buscavam o veto da posse de Jango, fazendo total esforço para que o primeiro ministro assumisse até as

próximas eleições que aconteceriam em 60 dias. Do outro lado, estavam a União Nacional de Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que se uniram com um mesmo propósito: a efetivação da constituição da posse de Jango à presidência.

Nesse movimento também tinha a influência do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o apoio do III Exército liderado pelo Marechal Lopez, ambos defensores pela posse de Jango e deixando claro que se os militares fizessem algo na chegada do futuro presidente ao país, eles começariam uma guerra civil atacando os navios da marinha se necessário. Por isso, Jango retornou ao Brasil pelo Rio Grande do Sul. (SANTANA, 2007)

Diante dessa conjuntura o Congresso, para agradar ambos os lados, não aceitou a suspensão da posse de João Goulart, mas também não permitiu que ele assumisse com todos seus direitos de presidente e faz uma emenda constitucional que implantou o parlamentarismo no país. Jango assumiu a presidência, porém totalmente engessado em suas ações.

Portanto, diante desses fatos o governo de Jango sofreu algumas influências como a participação dos militares da Escola Superior de Guerra, que tinham a missão de inculcar por meio de estudo a ideologia da interdependência ou segurança nacional desde que Juscelino estava no poder. Afirmavam que o Brasil era dependente do Ocidente, em especial os Estados Unidos, que era o líder do bloco, sempre com a intenção de promover o capitalismo e favorecer sua instalação por completo no país (SAVIANI, 2008).

Quando Jango assumiu o poder, se deparou com uma sociedade que sofreu limitações evidentes, tais como a pobreza se acentuando no Nordeste, as camadas populares empobrecendo, caracterizando o aumento de uma crise que lentamente se iniciava a muitos anos. Sendo assim, seu mandato trouxe vários limites a serem superados e com o esgotamento do modelo de substituição de importações, o país não dependia mais das exportações, os interesses da sociedade começaram a entrar em conflito, a esquerda e os operários se mobilizaram deixando clara sua posição a respeito da nacionalização das indústrias, divisão de lucros e reformas de base (SAVIANI, 2008).

A sociedade dispõe de mecanismos para se chegar aos fins desejados, nesse contexto vários estudiosos se reuniam para debater e expandir suas ideologias. Surgiram duas ideologias que foram fortemente dissipadas pelos intelectuais daquela época propagados por institutos e escolas: a ESG que defendia a interdependência entre o Brasil e Estados Unidos, que usou a CIA por meio de mais dois institutos IBAD e o IPES para a propagação dos interesses e contra a ideologia proposta pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que defendia o desenvolvimento nacional.

O ISEB, criado em 1955, e vinculado ao Ministério de Educação e Cultura elaborava cursos e estudava o modelo nacional-desenvolvimentista. Ele passou por vários momentos inconstantes, recusaram apoio ao governo de Jânio, mas apoiaram a João Goulart e suas reformas, porém teve seu fim dia 14 de abril de 1964.

Em 1961 passou a vigorar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 4.024, que trouxe algumas mudanças depois do extenso cenário de embates entre os intelectuais, como a discussão do ensino público e particular, que Carlos Lacerda defendia ferreamente, pois para ele o ensino particular tinha suas vantagens.

Entretanto, em 1962 continua a longa discussão em torno da LDB, que já vinha de muitos anos antes que trazia no seu cerne o embate entre a iniciativa privada e a escola pública. Nesse movimento a participação do movimento estudantil e suas demais ramificações, como a união com operários e progressistas lutando por uma escola pública de qualidade e laica. O término foi uma LDB mista, mas abrindo possibilidades para defesa da iniciativa privada, mas também proporcionando o ensino público à população. Decretos como a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo e Programa de Emergência para o Ensino Primário e Ensino Médio que traziam para sociedade indícios de mudanças no econômico, social e político, portanto, como isso não era interessante não passaram de cartas com intenções. Com a volta do presidencialismo em 1963 Jango propõe à população o Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Nacional de Alfabetização (PNA) baseado nas ideias de Paulo Freire, à comissão de cultura popular. Contudo, o PNA foi o primeiro que 14 dias após o golpe já não existia mais (CUNHA, 1999).

Com todos os acontecimentos descritos acima o Brasil estava caminhando para um golpe, ou como alguns historiadores preferem chamar de Revolução de 1964, como Saviani trata esse período. Entretanto, entende-se o termo Revolução a partir

dos estudos de Sanfelice (2008, p.81) na qual explica que “[...] uma revolução se distingue de outros movimentos armados porque nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da ‘nação’”. Contudo, o país não caminhava para essa revolução que Sanfelice apresenta, mas sim para uma ruptura política tendo como discurso que tudo era para que a ordem socioeconômica não se perdesse e que o crescimento do país se baseasse na doutrina de interdependência. No entanto esses interesses estavam ameaçados devido as grandes manifestações e a forma como Jango estava conduzindo o país em seu governo. Assim, os militares assumiram o poder, discursando que as medidas estavam sendo tomadas para manter a ordem social em prol de uma revolução.

No dia 31 de março de 1964 Jango já estava ciente do fim de seu governo, e a ação das Forças Armadas juntamente com classes dominantes nacionais, setores produtivos arcaicos, grande parte da classe média e oligarquias políticas que por voto não chegariam ao poder, uniram-se tendo em comum o mesmo objetivo, “manter a ordem social”, que para eles estava sendo a cada dia mais ameaçada por interesses comunistas.

A UNE se fez presente nesse processo de tomada de governo, já em seu Manifesto escrito por José Serra presidente da UNE naquele ano, convocando os estudantes do país inteiro a uma greve geral em defesa da legalidade, liberdade e democracia chamando DCEs, UEEs, CA entre outros para virem para rua para também defender o país do Golpe.

No dia seguinte ao golpe militar Jango e sua família viajaram para o Rio Grande do Sul para a casa de seu cunhado Leonel Brizola que já tinha uma estratégia armada assim como esteve em 1961. Entretanto, dessa vez Jango não compactuou e decidiu partir para o Uruguai dando lugar ao golpe instaurado.

Dessa maneira se concretizou o golpe e no dia 2 de abril de 1964 a presidência foi declarada vaga, mesmo com o presidente ainda no país. Assim, Ranieri Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados, foi empossado presidente da república e Jango pediu refúgio ao Uruguai. Os Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer a nova situação do país e no dia 9 de abril entrou em vigor o primeiro Ato Inconstitucional – AI-1 (SANFELICE, 2008), com a alegação de que a militarização do aparelho do Estado era necessária. Esse ato constitucional foi

[...] fundamental naquele momento para a destruição do populismo e, conseqüentemente, para interrupção da ascensão política das classes trabalhadoras. Nesse sentido, tem início a chamada “Operação Limpeza”, através de medidas como a intervenção policial dos sindicatos, e a repressão dos partidos de esquerda que correspondem às expectativas das classes que dão suporte ao golpe. (VALLE, 1997, p.2)

Esse ato trouxe também a oportunidade para que um militar comandasse o país diretamente, então ao abrir uma votação apenas para o Congresso Nacional possibilitou que apenas o mais “qualificado” fosse eleito. Então, Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência no dia 15 de abril de 1964. Mas como uma das características desse período é o não cumprimento da legislação, quando se aproximou das eleições e Juscelino se colocou como candidato foi cassado e as eleições foram canceladas e o mandato de Castelo Branco foi prolongado. (SANFELICE, 2008)

Em um contexto onde tinha acabado de acontecer as eleições para governadores, na qual a oposição ganhou nos estados mais industrializados e que tinham também grande influência no país como Paraná, Guanabara (em 1975 se une ao Rio de Janeiro), Mato Grosso, Santa Catarina e Minas Gerais. Contudo, como o governo militar não respeitou as eleições, vinte dias após foi instituído o AI – 2. Esse ato abrangeu mudanças como: eleições indiretas para presidência, o poder executivo pode decretar estado de sítio quando quiser, o presidente tinha poder para suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos, cassar mandatos municipais, estaduais e federais. Tem-se também a extinção dos partidos políticos e a criação de apenas dois a Aliança Renovada Nacional - ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB que supostamente era a oposição, mas que não o funcionava como tal. (SANFELICE, 2008)

Com o decorrer dos acontecimentos, sempre que algo fugisse do controle dos militares os mesmos resolviam com Atos Complementares como, por exemplo, um deles que fechou o Congresso por um mês, e também a cada “obstáculo” um novo Ato Inconstitucional se estabelecia como o AI – 3 no qual os governadores passaram a ser indicados pela presidência e não mais eleitos por votação direta. Na sequência, foi elaborado e efetivado o AI-4, a carta magna onde nela está descrito toda verdadeira repressão que seria agora amparada inconstitucionalmente para centralização do poder no Estado. Entretanto, ainda havia espaço para que os movimentos se organizassem. Logo após entrou em vigor a Lei 5.250/1967 que

regulou a liberdade de pensamento e da informação, a partir dessa lei todas as atividades artísticas e culturais sofreram repressão. Conforme o parágrafo primeiro do artigo primeiro afirmava que não seria tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe. Para as infrações cometidas eram aplicadas detenção, reclusão e pagamento de multas aos infratores. Para complementar o Decreto-lei nº. 314/1967 definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social (SANTANA, 2007)

Esse período foi marcado por vários fatores que determinaram toda a ação do movimento estudantil, por exemplo, no Governo Castello Branco que promulgou “[...] mais de 700 leis, 11 Emendas Constitucionais, baixados 312 Decretos-Lei, 19.259 Decretos, 4 Atos Institucionais, 36 Atos Complementares e 3.747 atos punitivos” (SANTANA, 2007, p.58). Tudo manipulado para que o governo militar não perdesse o controle.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO

A UNE surgiu em 1956 no governo de Juscelino. Com a volta da UNE, o governo dos Estados Unidos enviou para o Brasil, com o propósito de inculcar a sua ideologia entre os estudantes, a estudante Gloria May que vem com a missão de difundir a ideologia anticomunista, porém não conseguiu êxito entre os estudantes. Em 1961 o presidente da UNE, Aldo Arantes, representando o movimento estudantil uniu-se a Brizola, no Rio Grande do Sul, na campanha de legalidade para que Jango conseguisse assumir a presidência legalmente. Em 1963 a UNE retomou sua força ainda mais e se engajou em todas as lutas políticas do país, elegendo como presidente do movimento, José Serra (POERNER, 1979).

O movimento estudantil no período anterior ao golpe foi constituído e influenciado por partidos como a Ação Popular (AP) onde seus debates se direcionavam para a realidade do país. Além da AP teve o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que depois de 1961 se desmembrou e se tornou PCB e PC do B e, consequentemente, também com ideologias diferentes. Nesse cenário mais dois partidos não tiveram tanto êxito mais que fizeram parte que é Partido Operário Revolucionário (trotskista) POR – (T) e o Organização Revolucionários Marxista –

Política Operária (ORM – POLOP) que de alguma forma influenciaram o movimento estudantil, pois os estudantes também participavam deles. Vê-se uma maior movimentação dos estudantes quando eles começaram a organizar congressos em que discutiam a respeito de como seria seus próximos passos e como seria a sua atuação. Outra influência na organização dos estudantes foi a Declaração da Bahia, que norteou as ações do movimento a respeito do que eles almejavam principalmente, a reforma universitária. Posteriormente, o Congresso em Curitiba, na qual os participantes elaboraram a Carta Paraná com objetivos claros que nortearam o movimento a partir de então. Com essa mobilização dos estudantes em todo o Brasil no dia 1 de junho de 1962 foi decretada greve geral pela UNE, que conseguiu atingir 40 universidades no Brasil e teve duração de dois meses e só acabou devido ao esgotamento e cansaço da liderança, pois os objetivos não estavam sendo alcançados. (SANTANA, 2007)

A UNE sofreu sua primeira repressão por ter sido vista como subversiva e interferir nos interesses civil-militares, sendo assim antes do presidente militar Castelo Branco ter tomado posse da presidência, sua sede na Praia dos Flamengos foi incendiada e fuzilada na noite do dia 31 de março de 1964.

Com as ações de Castelo Branco, a próxima medida foi instituir um decreto onde foi destituído o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, neste mesmo dia a universidade foi invadida por mais de 400 soldados da polícia de Minas Gerais, onde vários professores foram para interrogatório e outros acabaram presos. Toda a universidade foi vasculhada e o Setor de Humanas fechado por algumas semanas, os professores que conseguiram escapar, foram exilados. O reitor Anísio Teixeira e seu vice foram demitidos no mesmo dia. Os estudantes estavam fragilizados, pois a universidade, referência em cultura e arquitetura, havia sido destruída, não em estrutura física, mas em lutas sociais que haviam sido enfrentadas até aquele momento. Para continuar a fiscalização foi escolhido pelo governo militar uma pessoa de confiança, nesse caso, Zeferino Vaz, porém, devido a greves e pressões feitas pelos estudantes em 1965, acabou pedindo demissão do cargo (POERNER, 1979).

Ainda em 1965 tem-se a reorganização do movimento estudantil para combater a Lei Suplicy que estava sendo tramitada no governo para promover a

repressão aos estudantes, devido às manifestações promovidas no dia 12 de abril de 1965. O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi chamado e muitos estudantes foram presos, feridos e tendo suas aulas suspensas. No mesmo ano foi realizado o 27º congresso da UNE que aconteceu em São Paulo, no mês de julho.

No ano de 1968, em uma manifestação no Rio de Janeiro contra o ensino de má qualidade e o aumento do valor da refeição, estudantes se mobilizaram, porém, como esperado teve reação da polícia que acabou matando o estudante secundarista Edson Luís, com apenas dezoito anos de idade. Os estudantes não permitiram que o Instituto Médico Legal levasse o corpo, o mesmo foi levado para Assembleia Legislativa e a autópsia foi realizada no ambulatório da mesma. O velório aconteceu no saguão da Assembleia onde se reunirão mais de 50 mil pessoas e foi considerado um dos maiores atos públicos já realizados desde o golpe. Durante o velório os estudantes queimaram bandeiras americanas e cantaram o hino nacional.

No aniversário do golpe, 1 de abril, aconteceu a missa de sétimo dia de Edson Luís e os estudantes se mobilizaram para prestarem sua homenagem, porém foram proibidos e ameaçados pela repressão. A morte do estudante fez com os demais se organizassem para uma passeata que aconteceria no mês de junho e julho e ficaria conhecida como a “Passeata dos Cem Mil” que foi um ato de protesto pacífico.

O movimento estudantil já estava articulado antes mesmo que o golpe acontecesse, porém, como os que estavam no poder perceberam o quanto esse movimento afetaria nas tomadas de decisões. Então, para que os líderes do regime chegassem aos fins desejados, se organizaram e criaram meios para amarrar as ações e para pôr fim a toda estrutura já organizada pelo movimento. Portanto, as articulações levaram a Lei Suplicy de Lacerda que já no início do regime acabou com o movimento.

O Paraná sediava a 5ª Região Militar e a 5ª Divisão de Infantaria e os militares não eram unânimes em suas convicções, o que no período acabou trazendo desconfortos dentro dos quartéis. No período em que aconteceu o golpe o estado era governado por Ney Braga que tinha ligação com os militares, pois o mesmo era coronel, eleito pelo Partido Democrático Cristão. Contudo suas ações não eram claras, pois trazia consigo alguns políticos de “esquerda” para trabalhar com ele, ocasionando a desconfiança por parte da liderança militar. Ney Braga ao saber da

articulação do golpe já se posicionou a favor do regime, o que trouxe segurança para os militares. (SOUZA, 2016)

Importante destacar que o mentor da Lei 4.464, Flávio Suplicy Lacerda, era de origem paranaense, nascido na Lapa e formado em engenharia civil. No ano de 1950 assumiu a reitoria da Universidade do Paraná e foi responsável pela federalização da universidade, sempre foi bem visto e atuou por muitos anos como reitor. Flávio Lacerda tinha sua mulher também engajada na política a qual foi a fundadora da União Cívica Feminina do Paraná, que tratava de assuntos cívicos e religiosos e também promoviam ações de assistencialismo. Devido a sua relação estreita com os militares e a amizade com o Presidente Castelo Branco, lhe proporcionou a oportunidade de ser Ministro da Educação e Cultura, por ter sua ideologia compatível com a do atual regime.

Enquanto Ministro da Educação e Cultura, Suplicy incomodado com as ações dos estudantes e impulsionado pelos governantes, elaborou a Lei 4.464 que abordou primeiramente:

Art. 1º. Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade: a) defender os interesses dos estudantes;b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos; f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas. (BRASIL, 1964)

A Lei estava carregada de uma suposta democracia que trazia em seu conteúdo maneiras para que os estudantes fossem privilegiados e a mesma promovesse o aprimoramento da universidade. A mesma tratou da extinção da UNE e da UPE, com a criação de Diretórios.

Art. 2º. São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal. (BRASIL, 1964)

A criação do diretório tinha a intenção de tornar o movimento estudantil engessado e a serviço do novo regime, pois, a lei trouxe critérios de como deveriam ser as ações dos estudantes em relação a maneira de votar e suas punições. Entretanto, artigo que mais interessa para este estudo é o Art. 14 o qual pregoava que: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.” (BRASIL, 1964)

A postura da Universidade do Paraná de reverência ao ministro Suplicy, a busca pelo combate à subversão e a garantia que todos aceitassem o regime entendese que o estado paranaense foi um dos primeiros a legitimar o regime e a promover severa repressão sobre alunos e professores.

Acabamos sendo condenados no processo realizado em São Paulo pela participação no congresso da UNE. E o julgamento foi uma farsa: dentro da sala de audiências havia 22 elementos da Polícia Militar, armados de metralhadora. A rua em frente a auditoria foi bloqueada e só era permitida a presença no auditório de um membro da família de cada estudante, sentado no banco do réus. O constrangimento era tal que nossos advogados não tinham nem condições de fazer a defesa que pretendiam. Disso resultou a pena de um ano de prisão, juntamente com centenas de estudantes de todo país, incluindo alguns companheiros do Paraná. Ficamos os dois primeiros meses na prisão do Ahu e fomos transferidos para São Paulo, onde ficamos seis meses, cumprindo o resto da pena em Curitiba (HELLER, 1988,p. 291)

Em 1962 foi oficializado o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) e também foi definida sua função que era; prevenir, reprimir e processar delitos de ordem política, investigar e partilhar informações referentes a indivíduos perigosos a ordem política e social. O DOPS dependia de seus arquivos de investigação e dossiês para funcionar, e também era articulado com Sistema Nacional de Informação (SNI) a nível nacional. Na esfera estadual temos o DOPS e também com a participação das forças armadas por meio do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). (BRAGGIO, 2013)

A UPE passou por períodos os quais seus presidentes não tinham qualquer aversão ao regime militar que estava posto o que promovia uma certa segurança para esse movimento, porém trouxe limitações para o movimento estudantil fazendo com que durante o ano 1965 e 1966 não houvesse mobilizações e muito menos

interferências policiais pois o movimento não representava uma ameaça. Em 1966 ocorreu uma mobilização estudantil, porém não foi organizada pela UPE, mas sim pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, alguns dos estudantes que participaram do movimento acabaram sendo interrogados pela DOPS, e a mesma acompanhou toda manifestação para evitar que houvesse confusão. Os estudantes do Centro Acadêmico Hugo Simas participaram do congresso da UNE em 1966 representando o estado, Vitório Sorotiuk e Nilso Sguarezi (SCHMITT, 2007)

O movimento estudantil nas universidades paranaense estava sendo vigiado pela DOPS de maneira que eles não precisavam prender os estudantes de imediato nas manifestações, pois sabiam exatamente onde encontrá-los.

Em 1967 tem-se uma maior organização do movimento estudantil no Paraná, a UPE promoveu congressos com discussões mais críticas, trazendo para si também olhares cuidadosos da DOPS. Nesse mesmo ano foi iniciada a luta contra o decreto-lei Aragão, e também contra a volta de Suplicy à reitoria da universidade. Em congresso a UPE elaborou boletim informativo abordando que;

O Governo estadual vinculado aos interesses do governo federal tenta neutralizar o movimento estudantil com o fechamento da UPE cortando suas verbas no início do ano. O ME organiza-se e repudia tal atitude denunciando-a em praça pública através de uma passeata no dia 11/3, quando explicita ao povo curitibano e a classe estudantil as intenções das autoridades constituídas de amordaçar os estudantes para realizar tranquilamente sua política educacional totalmente desvinculada dos interesses da maior parcela da sociedade brasileira. Política educacional, que se consubstancia no acordo MEC-USAID e que tem em essência a transformação do ensino em mercadoria a ser comprada – pela classe que detém os lucros – pequena parcela da sociedade. Conseguimos vencer a primeira parte da luta. O senhor governador decidiu voltar atrás e reconsiderar sua atitude. O ME sente necessidade de maior clareza dos objetivos do acordo MEC-USAID e da vinculação deste com a estratégia global – de dominação do atual governo ligada aos interesses do imperialismo, realiza um seminário regional para discutir as teses da UNE e Estudo da presença RU. Trezentos estudantes participam de quatro comissões – formação econômica do Brasil, história do imperialismo, acordo MEC-USAID, realidade econômica paranaense. Os estudos realizados tornam mais claros para nós que a única solução para a superação do Status que era uma fuga do sistema capitalista e que tornava urgente a participação de uma maior parcela de estudantes na luta contra as atuais estruturas sócio econômico cultural e político. Por parte do poder estabelecido lança-se nova ofensiva para calar os estudantes do Paraná, Gama e Silva envia emissário para cortar verbas da UPE e dar ao reitor a distribuição de verbas dos Das – CONVÊNIO. POR QUE ESTA TRANSFERÊNCIA? Para a efetivação do decreto 228 e dissolução da coordenação estadual dos estudantes paranaenses – UPE – possibilitando assim um esfacelamento do nosso ME e uma menor resistência à efetivação do acordo MEC-USAID. Diante dessa nova ofensiva do Governo, os

estudantes agora mais organizados e mais consciêntes rearticulam o ME para denunciar o convênio Imposto pelo Governo Federal e sua vinculação com a política educacional.(DOPS, 1967. apud ZAPARTE, 2011, p.106)

A luta dos estudantes se fazia também por meio de centros acadêmicos, como o Centro Acadêmico Hugo Simas que teve seu papel sempre de forma crítica e contou com a participação de representantes como Roberto Requião, Álvaro Dias e outros acabou que anos mais tarde tornaram-se prefeitos, governadores, deputados do Paraná (HELLER, 1988).

Os estudantes por meio da UPE voltaram a atividade já manifestando seu repúdio em relação a ordem de Flávio Suplicy de Lacerda que nesse período retornou como reitor da Universidade Federal do Paraná. Foi decretado que a partir do ano de 1968 todos os calouros pagariam uma mensalidade, diante da situação o movimento estudantil se organizou para que isso não se efetivasse. (ZAPARTE, 2011). A organização dos estudantes se concretizou e cresceu em 1967 com campanhas para calouros e por meio de requerimento para que não houvesse o pagamento, porém não voltaram atrás com a decisão. Com isso, no dia do vestibular, os estudantes foram até o Centro Politécnico e impediram que os demais alunos entrassem nas salas para realizarem as provas. Não contente a direção da universidade remarcou o vestibular para o segundo domingo de maio, dia das mães, na esperança que os estudantes ficassem com suas mães em casa e não fossem ao local onde seria realizada a prova do vestibular. Todavia os estudantes compareceram, mas havia todo um aparato policial a espera deles, como relato do presidente da UPES, Stênio Sales Jacob por meio do livro de Heller (1988, p. 294-5)

Quando chegamos nas imediações do Politécnico, o oficial que comandava a tropa de choque veio ao nosso encontro e ameaçou: - Vocês tem dois minutos para evacuar a área, ou vamos descer o cacete. - Então o senhor tem dez segundos para começar a bater. - foi a resposta que eu dei. E acabamos enfrentando a polícia ali, das 8 da manhã até perto do meio-dia. Estávamos em número inferior à polícia e ninguém estava preparado para enfrentar a situação. Estava lá a cavalaria, policiais com sabres e nós com estilingues, bolinhas de vidro e rolhas, o que dificultava a movimentação dos cavalos.

No confronto, setenta estudantes acabam presos e foram levados para o quartel para serem interrogados. Na frente do quartel cerca de 2.000 estudantes se reuniram, para que seus colegas fossem libertados, o que causou um grande tumulto coagindo a polícia a soltar os estudantes que haviam sido presos. Ainda no mesmo

dia os estudantes se reuniram e planejaram ocupar a reitoria da Universidade do Paraná, promovendo grande mobilização em toda cidade em prol disso. Como os policiais estavam no Centro Politécnico esperando os estudantes, os mesmos foram direto para reitoria, e lá ocuparam, também foram em algumas obras das redondezas e pegaram ferramentas para se defender caso houvesse confronto. A preocupação dos estudantes era de não cometer nenhum ato de vandalismo, pois eles queriam apenas uma negociação, porém os estudantes derrubaram o busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, como ato de repúdio a tudo que o mesmo já efetuou em relação a eles.

Os estudantes após a ocupação procuraram o governador Paulo Pimentel para uma conversa a respeito da suspensão do vestibular, que ninguém fosse matriculado enquanto não acabasse a anuidade que estava posta aos cursos, e retirasse a polícia do local. O governador entrou em contato com o Secretário de Segurança Pública e em conversa entraram em acordo e fizeram o que os estudantes buscavam. Os estudantes vitoriosos saíram em passeata pela rua XV de novembro arrastando por toda ela o busto do reitor que havia sido arrancado. (HELLER, 1988)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se aborda o movimento estudantil, não se pode esquecer da atuação da UNE, instituição nacional que interveio em todas as instâncias do movimento estudantil universitário. Compreende-se que a UNE teve uma trajetória marcante de lutas durante regime militar, lutas pela educação como a interferência na reforma universitária e os Acordos MEC-USAID que foram muito debatidos nesse período, e como essas lutas influenciaram questões que temos hoje na educação. Pode-se compreender também que o movimento estudantil não era recente, sendo que acontecia desde a primeira república, mas ele se tornou latente com as lutas sociais travadas desde a década de 1950 tornando-se mais articulada e forte a partir de 1961 no apoio ao presidente João Goulart.

O movimento estudantil nas universidades do Paraná dividia-se em Centros Acadêmicos e a própria UPE, ramificação criada a partir da UNE. Verifica-se que ainda que o Estado promovesse leis que em seus objetivos era o fim do movimento os

estudantes se articulavam a todo custo para conseguir restaurar a democracia em seu país.

O tratamento dado aos estudantes não era brando, até mesmo em seus julgamentos não havia oportunidade de defesa, tudo era baseado em repressão. O Estado para manter-se no poder e controlar a sociedade da maneira que lhe favorecesse criou mecanismos que se fortificaram nos anos do regime.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo. Annablume, 2006.

BRAGGIO, Ana K. **O movimento estudantil Paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964**. 2013, 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

BRASIL. Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964. **Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm> Acesso em 5 out. 2016.

CALDAS, Ana Carolina. **Centro popular de cultura do paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política**. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2003.

CUNHA, Luiz Antonio; GOES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência Democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988.

MOURA, Marcilene Rosa Leandro. **Reformas educacionais, Protagonismo Juvenil e Grmio Estudantil: a produção do indivíduo resiliente**. 2008, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2008.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

SANFELICE, José Luís. A consolidação do movimento de 64. In. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência do golpe de 1964**. Campinas, São Paulo. Editora Alínea, 2008.

SANTANA, Flávia de. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007, 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, 2 ed. Autores Associados, 2013.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **A atuação do movimento estudantil no Paraná durante a ditadura militar (1964-1986)**. Monografia, UNIOESTE. Cascavel, 2007.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **República das mulheres de virtude: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao governo dos militares (1964-1985)**. Tese (Pós-Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, 2016.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e a ditadura militar em 1968**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo, 1997.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. 2011, 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2011. Disponível em: < http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/6/TDE-2011-11-14T214110Z-653/Publico/Andreia_Zaparte.pdf>

Recebido em 23/05/2019

Versão corrigida recebida em 29/06/2019

Aceito em 21/08/2019

Publicado online em 31/08/2019